

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2010
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao estabelecido no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborou-se o Anexo de Riscos Fiscais, contendo a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, os quais deverão ser observados no processo de elaboração da proposta orçamentária. Além disso, são apresentadas as informações acerca das providências a serem adotadas, caso se concretizem os riscos mencionados neste Anexo.

Neste Anexo, são levadas a efeito possibilidades de dispêndios compulsórios ao Governo, originários de situações decorrentes de ações específicas, estabelecidas por lei, decisões ou acordos, que, uma vez devidas, o Estado prontamente deve atender.

Basicamente, são apresentadas duas situações de riscos: os riscos orçamentários e os de dívida, sejam eles decorrentes de empréstimos ou financiamento ou de passivos contingentes.

RISCOS ORÇAMENTÁRIOS

Diz respeito à possibilidade de as estimativas de arrecadação de receitas e de realização de despesas na Lei Orçamentária Anual não se confirmarem durante o exercício financeiro, conforme planejado na elaboração da Lei Orçamentária.

O reflexo desse desvio de resultado ocorre, no caso da receita, em função de alguns fatores econômicos influenciarem, negativamente, o comportamento da arrecadação da receita, podendo, dessa forma, comprometer a realização das despesas fixadas na Lei Orçamentária, sobretudo aquelas classificadas como de caráter constitucional ou legal. No caso da despesa, o risco decorre de variações nos valores pré-estabelecidos, em função de alterações necessárias e imprescindíveis ou que tenham sua execução imposta, sem a devida contrapartida prévia.

De toda sorte, essas mudanças de comportamento suscitam a necessidade de se efetuarem reprogramações orçamentárias, assim como promover a limitações de empenho e movimentação financeira.

RISCOS DECORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA

Esses riscos referem-se a possíveis ocorrências externas à administração, que, quando efetivadas, resultam em aumento do serviço da dívida pública do ano em referência, comprometendo, sobremaneira, as demais programações orçamentárias.

O risco relacionado à gestão da dívida contratual decorre do impacto de eventuais variações de taxas de juros, de câmbio e de inflação sobre os títulos vincendos, bem como das mudanças de necessidades não previstas, as quais terão reflexo na programação orçamentária e financeira, com o aumento da demanda de recursos necessários ao custeio das novas obrigações, em determinado período orçamentário, gerando efeito sobre os títulos cujo prazo de vencimento se estendam além do exercício fiscal planejado.

Nesse sentido, é tempestivo apresentar a seguir o comportamento da situação de endividamento do Distrito Federal, considerando os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal de nºs 40 e 43 de 2001.

SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Em relação aos níveis de endividamento, o Distrito Federal auferiu uma situação orçamentária e financeira bastante confortável, segundo as limitações estabelecidas nas Resoluções do Senado Federal e o comportamento das receitas e despesas primárias. Parâmetros estes que permitem comprometer o nível em até duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida do Estado, que atualmente está prevista em R\$ 10,497 bilhões. Significa dizer que o Distrito Federal poderá assumir um estoque da dívida da ordem de R\$ 20,9 bilhões.

Esclarece-se que o estoque da dívida é o montante dos comprometimentos trazidos a preços do exercício em referência. Não significa, portanto, que o Estado tenha que honrar compromissos dessa magnitude num só período orçamentário, visto que não haveria ativos capazes de suprir tal obrigação. Assim, pode-se afirmar, categoricamente, que essa possibilidade não existe.

Para ilustrar esse entendimento, apresenta-se o comportamento orçamentário constante do Balanço do Distrito Federal, relacionado à execução da meta fiscal nos três exercícios pretéritos, no qual o resultado primário mostra-se superavitário, demonstrando, também, a ação do Governo no equilíbrio fiscal, com resultado, e a relação Dívida Contratual e/ou DCL/Receita Corrente Líquida, que se encontra em patamares, substancialmente, inferiores ao nível máximo estabelecido para essa relação. E, mantendo-se os níveis de comprometimento, respectivamente, na casa dos 32% e 10%, de forma decrescente, conforme se verifica nos demonstrativos a seguir:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em R\$ 1,00

2006		2007		2008	
Receita Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
9.212.129.384	7.882.113.141	10.107.414.256	8.631.862.638	11.222.372.353	10.368.272.432
Despesa Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
9.342.105.163	7.963.942.368	10.248.051.564	8.145.430.535	11.765.057.476	10.088.787.667
Saldo	-81.829.227		486.432.104		279.484.765
Superávit financeiro					422.645.238
Resultado Real					695.707.276

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

RESULTADO PRIMÁRIO

2006		2007	2008
Receita Primária	7.717.993.567	8.492.827.476	10.021.267.327
Despesa Primária	7.664.874.871	7.861.223.817	9.748.205.288
Resultado Primário	53.118.696	631.603.659	273.062.038
Superávit financeiro			422.645.238
Resultado Real			695.707.276

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

DÍVIDA PÚBLICA

2006		2007	2008
Divida Consolidada	2.648.358.954	2.793.333.615	2.978.421.449
Dívida Consolidada Líquida	2.278.953.471	1.551.449.446	918.871.701
RCL	6.969.806.703	8.165.043.022	9.183.017.444
Relação DC/RCL	38,00%	34,21%	32,43%
Relação DCL/RCL	32,70%	19,00%	10,01%
Relação Dívida/RCL Definida pelo Senado Federal (máximo)	200,00%	200,00%	200,00%

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

PASSIVOS CONTINGENTES

Outro item da dívida diz respeito aos passivos contingentes, que basicamente referem-se às obrigações causadas por eventos que podem vir ou não a acontecer. A probabilidade de ocorrência e a sua magnitude dependem de condições exógenas, difíceis de serem previstas.

Existem inúmeras situações que podem ser caracterizadas como riscos contingentes, quais sejam: possibilidade de perda em ações contra o Estado, obrigação de honrar garantia concedida; indenização por cancelamento de contrato; pagamento de passivos trabalhistas; realização de despesas por conta de decisões judiciais; mudanças na legislação que possam representar aumentos imprevisíveis na despesa, etc.

Segundo informações da Procuradoria Geral do Distrito Federal, os processos relativos a Precatórios Judiciais com entrada em 2008 totalizam R\$ 91.664.259,00.

Conforme estabelece o art. 100 da Constituição Federal, os pagamentos em virtude de sentenças judiciais far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Assim, o montante informado pela Procuradoria Geral deverá compor as dotações orçamentárias correspondentes no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010, que será coberto com recursos equivalentes a no mínimo 1% da Receita Corrente Líquida apurada para aquele exercício, devendo esclarecer que os pagamentos ocorrerão seguindo a ordem cronológica, a exceção das sentenças judiciais classificadas como Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Neste exercício de 2009, está sendo concluída a liquidação dos precatórios judiciais dos médicos da Secretaria de Saúde, no montante de R\$ 200, 0 milhões, cujo acordo estabelecia o parcelamento em valores anuais da ordem de R\$ 50 milhões, a partir do exercício de 2006.

Já em relação à dívida trabalhista com os servidores da NOVACAP, o temor deixou de existir, a partir do acordo firmado junto ao Tribunal Regional do Trabalho-10ª Região, cujo montante negociado alcançou R\$ 217.649.731,00, que descontadas as parcelas efetuadas em 2008, restou R\$ 199.122.192,00 a ser liquidado em 100 parcelas iguais, a partir do exercício de 2009.

De todo o exposto, conclui-se esta avaliação sobre os riscos fiscais, afirmando que o Distrito Federal não corre riscos iminentes, por dispor de uma saúde financeira confortável, de controle fiscal rígido, da prerrogativa legal da ordem cronológica de pagamentos estabelecida no art. 100 da Constituição Federal, de possibilidades orçamentárias e, também, da vontade política deste Governo na condução das negociações das classes trabalhadoras.

MEDIDAS A SEREM ADOTADAS CASO SE CONCRETIZEM OS RISCOS

Todavia, havendo, ainda, a necessidade de solução imediata, nos casos de frustração de receitas tributárias ou de passivos não mencionados, o Governo do Distrito Federal poderá, de imediato, promover a reprogramação financeira dos recursos, contingenciando dotações orçamentárias, sobretudo, as relacionadas às despesas de investimentos, observado o disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como se utilizar dos recursos da reserva de contingência, na forma disposta nesta Lei, assim como da alienação de seus ativos.
